Aniversariantes

15 de outubro a 06 de novembro

Dia	Nome	Banco	Cidade
15	Cristiano Antonio S. Borges	BB	Rio Paranaíba
15	Fabiana Q. Leão de Oliveira	BB	Patos de Minas
15	Irismayre Gomes de A. Resende	BB	Coromandel
17	Lazaro Pereira Carvalho	Caixa	Patos de Minas
18	Matheus Gregório de Melo	Caixa	Rio Paranaíba
19	Marta Tereza Soares	BB	Paracatu
20	Alinne Silva Tiete	BB	Vazante
20	Bernardo Gomes da Silva	BB	Patos de Minas
20	Maria Abadia V. de Sousa E Silva	BB	Patrocínio
20	Patrícia Teixeira	BB	Patos de Minas
21	Ana Abadia dos Reis Ribeiro	BB	Patos de Minas
21	Eliane Ferreira Babilônia	Caixa	Patos de Minas
21	Geocilia Vieira Rocha Garcia	BB	Patos de Minas
21	Ivan Gomes Caetano	Itaú	Patos de Minas
21	Luciana Aparecida Oliveira	Bradesco	Patos de Minas
21	Maria Vilda Fernandes	Caixa	Patos de Minas
22	Lúcia de Fátima Cappuzzo	BB	Car. do Paranaíba
23	Jessica Cristina Silva	Itaú	Car. do Paranaíba
23	Lúcia Helena G. Rodrigues	BB	Patos de Minas
23	Maria D'arque Rabelo Diniz	BB	Patos de Minas
23	Paulo Afonso Ferreira Machado	BB	João Pinheiro
24	Gilmar Donizetti da Silva	Caixa	Car. do Paranaíba
24	Rafael de Paiva Almeida	BB	Patos de Minas
24	Rita Consolação da Fonseca	BB	Presi. Olegário
24	Thiago Galvão de Resende	Santander	São Gotardo
25	Afonso Glênio Teodoro	BB	Rio Paranaíba
27	Sânzio José da Fonseca	BB	Patrocínio
27	Tiago Gaudencio de Melo	BB	Patos de Minas
28	Aparecida Goulart	Caixa	Patos de Minas
28	Lorena Karla Pires	Itaú	São Gotardo
28	Vinicio Gonzaga Camargos	Santander	Patos de Minas
29	Gleici A. Delfina dos Reis	Caixa	Vazante
29	Keila Aparecida dos S. Vieira	Caixa	Unaí
30	Mirian Aoyagi Matarazo	Bradesco	São Gotardo
30	Ronan Pereira Gonçalves	BB	Paracatu
30	Zenóbia Reis de Carvalho	BB	Paracatu
31	Irineu Gonçalves Caixeta	BB	Patos de Minas
31	Vanessa de Castro Nogueira	BB	Patos de Minas
1	Loildo Alves Fernandes	BB	Guimarânia
2	Magna dos Rêis F. Vinhal	Bradesco	Patos de Minas
2	Márcia Cristina Amorim Caixeta	BB	Patrocínio
3	José Ribeiro de Lima	Mercantil	João Pinheiro
4	Luiz Antônio Assis Pereira	BB	Patos de Minas
5	Divino Resende de Mendonca	BB	Car. do Paranaíba
5	Flavio Sérgio Bozutti	Caixa	Vazante
5	João Policarpo Teixeira Filho	BB	Patos de Minas
5	José dos Reis da Silva	Itaú	Patos de Minas
5	Marcelita F. da Cruz Garcia	BB	Coromandel
6	Maria Aparecida Prados	Santander	São Gotardo
6	Nairdes Cursino Guimarães	Caixa	Patos de Minas

LIMINAR: CGPAR 23 É SUSPENSA

Resolução deixa de ter eficácia até o julgamento definitivo do processo ou reversão da decisão na justiça

Contraf-CUT

O desembargador federal Jirair Aram Meguerian determinou no dia 05 de outubro, a suspensão dos efeitos da Resolução CGPAR nº 23/2018. A liminar é resultado do recurso interposto pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB), junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que tentou reverter a decisão, proferida pela juíza da 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal.

A decisão faz com que a Resolução CGPAR 23 perca a sua eficácia até o julgamento definitivo do processo ou reversão da decisão do desembargador.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, a concessão dessa liminar é uma vitória. "Ela reforça o acerto da Contraf-Cut, sindicatos, ANABB e de outras entidades em defender o voto NÃO para a mudança estatutária na CASSI. É uma vitória dos associados da nossa Caixa de Assistência e dos demais trabalhadores das empresas públicas, e a derrota do assédio e da truculência do BB", afirmou.

NEGOCIAÇÃO - A Contraf-CUT enviou, no dia 08 de outubro, um ofício ao Banco do Brasil solicitando a reabertura de negociação sobre a Cassi, incluindo todas as entidades representativas dos funcionários/aposentados. O resultado da consulta ao corpo social comprovou que o fim da negociação fragilizou todo o processo e trouxe insegurança para os associados da Cassi.

O ofício solicita que os associados possam ser contemplados com uma negociação transparente e efetiva. Além do cumprimento da responsabilidade do banco com a Cassi.

VOZ BANCÁRIA
Publicação quinzenal do Sindicato dos Bancários de Patos de Minas e Região

Presidente: **Ivan Gomes Caetano**
Secretário de Imprensa e Comunicação: **Sandoval José da Silveira Jr.**
Redação e Editoração: **Naiara Soares Bento**
Fechamento desta edição: **15 de Outubro de 2018** - Tiragem: 1000 exemplares
Site: www.bancariosdepatos.org.br - E-mail: vozbancaria@bancariosdepatos.org.br
O informativo **Voz Bancária** é uma publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Patos de Minas e Região (SEEBPMR).
Rua Juca Mandu 147, Centro, CEP 38700-070, Patos de Minas/ MG, **(34) 3821 9144**.
Escreva para a redação enviando críticas ou sugestões. Por motivo de espaço reservamo-nos o direito de publicar apenas trechos. Caso não autorize a publicação favor indicá-lo expressamente no corpo da mensagem.

SEEBPMR
VOZ BANCÁRIA
IMPRESSO
Publicação quinzenal do Sindicato dos Bancários de Patos de Minas e Região
Ano 2018 - Nº 676 - 15 de Outubro - Filiado à FETRAF - CONTRAF CUT BRASIL

Embate entre civilização e barbárie marca aniversário da Constituição

Carta Magna que consolidou a democracia após 21 anos de ditadura militar completa três décadas em meio a eleições que podem jogar o país novamente na escuridão do autoritarismo.

Wikipedia

Assembleia Constituinte comemora promulgação da Constituição - 21/10/1988

A democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais. A frase foi cunhada pelo primeiro ministro do Reino Unido, Winston Churchill, que ficou célebre por sua vitoriosa liderança contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A ironia britânica da declaração reforça que apesar dos defeitos, a democracia é o regime político que garante o respeito às liberdades individuais, bem como às opiniões divergentes e às demandas dos mais frágeis e das minorias. Permite também mecanismos independentes de fiscalização e punição contra desvios dos mandatários.

A atual Constituição Federal Brasileira completou 30 anos de existência no dia 5, assegurando o mais longo período de estabilidade institucional da história republicana brasileira.

A carta foi concebida após duas décadas de ditadura que aprofundou a já abissal desigualdade social brasileira e impôs aos trabalhadores, impedidos de se organizarem em sindicatos livres, a eliminação de direitos e o arrocho salarial.

A data é celebrada em meio à atual campanha presidencial caracterizada por candidaturas que defendem a perda de direitos dos trabalhadores, atacam as minorias, flertam com o autoritarismo e o desprezo pelas regras democráticas.

As opiniões destoam com a da maioria dos brasileiros. Segundo pesquisa Datafolha, para 69% dos eleitores, o regime democrático é a melhor forma de governo para o país.

O caso de um candidato que se valeu da democracia para destrui-la não é inédito na História. Adolf Hitler, líder do partido nazista, chegou ao poder na Alemanha em 1933, por meio de eleições, e instalou um regime ditatorial totalitário que jogou o mundo no maior conflito armado da história da humanidade, responsável pela morte de mais de 50 milhões de pessoas, incluindo o genocídio de 6 milhões de judeus e outras minorias.

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E O GOLPE DE 2016 – A Constituição Federal de 1988 ficou conhecida como "Constituição Cidadã", por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o fim da ditadura militar (1964- 1985), e por garantir um estado de bem estar social, por meio do acesso universal a saúde, educação e previdência. Direitos esses que sofreram duros ataques com a mais recente ruptura democrática advinda do golpe de 2016.

O governo que tomou o poder sem o respaldo das urnas promoveu a Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos sociais por 20 anos, aprovou a Reforma Trabalhista e tenta aprovar a PEC da Reforma da Previdência, que irá dificultar o direito à aposentadoria e rebaixar o valor das pensões.

Mais que uma eleição presidencial, o que está em jogo é o futuro da democracia, das liberdades individuais e dos direitos sociais. Um choque entre civilização e barbárie.

Fonte: SEEB SP

COMUNICADO IMPORTANTE

CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

No fechamento da Campanha Nacional dos Bancários deste ano foi instituída a Contribuição Negocial no percentual de 1,5% sobre o salário de setembro e sobre a PLR dos bancários, filiados ou não. Do total arrecadado, 70% foi repassado aos sindicatos e o restante, (15%) repassado para as federações, (10%) confederação e (5%) para a central sindical.

A diretoria do Sindicato definiu que compensará o valor descontado dos filiados através da isenção de cobrança das mensalidades de novembro e dezembro/2018, ou seja, **nestes meses não haverá desconto da mensalidade**.

Esta formula solidária será adotada visando contemplar também os bancários filiados ao nosso Sindicato que estão lotados nas agências das cidades de Coromandel, Guimarânia, João Pinheiro, Patrocínio, Paracatu e Vazante, pois o valor descontado deles foi repassado para os sindicatos dos Bancários de Araguari e de Uberlândia.

SAÚDE

MAIORIA ABSOLUTA REJEITA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA CASSI

O estrondoso NÃO que os associados disseram às mudanças no Estatuto da Cassi ainda não sensibilizou a diretoria da entidade e a direção do banco para buscar nova proposta.

A Contraf-CUT, a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) e a Federacao das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB) já reivindicaram a reabertura das negociações para construir outra solução viável para ambas as partes, mas o banco ainda não respondeu.

A diretoria da Cassi comunicou aos associados que vai contingenciar despesas, rever programas de saúde e escolher quais prestadores de serviços vai pagar. Estão pregando o caos, o que pode complicar ainda mais a situação pois associados podem demandar procedimentos que poderiam esperar, com medo da interrupção de serviços.

Pelo tom do comunicado, parece que os gestores da entidade estão pedindo intervenção da ANS. Esquecem que as despesas da Cassi estiveram contingenciadas por cerca de dois anos, sem comprometer a normalidade no atendimento.

A Contraf-CUT já apresentou ao BB uma nova proposta e reafirma a necessidade urgente de reativar a mesa de negociações com as entidades representativas. Só assim os funcionários vão reconhecer a legitimidade e o equilíbrio de uma nova proposta para manifestar livremente pela sua aprovação.

A direção do banco e seus prepostos na Cassi precisam reconhecer que os associados rejeitaram a proposta de alterar a governança da entidade. Os associados desejam uma solução rápida e não se furtarão a debater o custeio da Cassi, desde que o banco arque com a sua parte e não queira repassar a conta para os funcionários da ativa e aposentados.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, a primeira resposta os associados já deram, que foi a rejeição da proposta que retirava direitos do corpo social. "Agora, a equipe de negociação do BB e da Cassi precisam aceitar que tantas mudanças no Estatuto, mesmo na base do terrorismo, não tem o apelo que pensaram. A irresponsabilidade na condução da proposta e acabar com as negociações manchou a imagem do Banco do Brasil no mercado e parece que ninguém está se preocupando com isso. O movimento sindical sempre teve a responsabilidade de buscar as melhores soluções para a sustentabilidade da Cassi, sem prejudicar os associados. Precisamos retomar o processo negocial e achar soluções conjuntas, banco, entidades representativas e associados", disse.

PRIVATIZAÇÕES

CONTRAF-CUT DEFENDE IMPORTÂNCIA DOS BANCOS PÚBLICOS NO STF

A presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, apresentou no dia 28/09, no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, números que mostram a importância dos bancos públicos para a sociedade e desmentem as afirmações de que as empresas estatais têm gestão ineficiente.

"Os números mostram o contrário. No primeiro semestre de 2018, elas apresentaram lucro líquido de R$ 37,3 bilhões e os dividendos que essas empresas vão repassar para a União giram em torno de R$ 5,7 bilhões. Quando analisamos um período maior, de 2002 a 2016, vemos que as empresas estatais repassaram R$ 285 bilhões de dividendos para União. Elas não dão prejuízo. Ao contrário, dão lucro", disse a presidenta da Contraf-CUT.

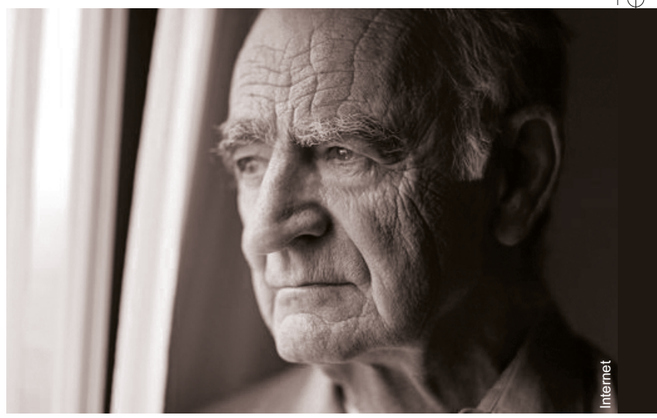
Carlos Moura/SCO/STF

A apresentação foi feita durante audiência pública sobre a privatização das empresas públicas, convocada pelo ministro Ricardo Lewandowski antes de tomar sua decisão sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5624. A Contraf-CUT é uma das autoras da ADI. Antes de seu paracer definitivo sobre a ADI, o ministro Lewandowski concedeu liminar proibindo a venda de estatais sem autorização do Poder Legislativo.

▶ Veja a matéria completa em nosso site: www.bancariosdepatos.org.br

ELEIÇÕES 2018

REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE AVANÇAR EM GOVERNO LIBERAL


Internet

Uma reforma da Previdência semelhante à apresentada pelo ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP), que praticamente acaba com a aposentadoria dos brasileiros e brasileiras e atende as exigências impostas pelo mercado financeiro, só tem chance de voltar ao debate se o candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro (PSL), for eleito.

Apesar de ter negado apoio à reforma de Temer, o capitão reformado já falou várias vezes que vai mexer na Previdência, como quer o mercado. No início deste mês, interlocutores do Palácio do Planalto chegaram a admitir à imprensa que a aprovação da reforma da Previdência em novembro, como pretendido e anunciado por Temer no final de setembro, estaria condicionada a uma possível vitória de Bolsonaro.

Tanto o presidenciável quanto sua equipe econômica, encabeçada pelo empresário e economista ultraliberal Paulo Guedes - já anunciado como ministro da Fazenda do pré-candidato do PSL, caso ele vença as eleições do dia 28 de outubro - além de alardear um plano de privatização para a maioria das estatais brasileiras, já deram sinais de que têm acordo com a maioria das propostas da reforma da Previdência proposta pelo ilegítimo Temer. Ambos também já anunciaram que vão adotar o modelo previdenciário de capitalização, o que significa colocar uma parte ou todas as contribuições de cada trabalhador ou trabalhadora no sistema financeiro, em contas individuais.

TRAGÉDIA CHILENA - A capitalização, segundo o programa de governo de Bolsonaro, resolveria os problemas de financiamento do sistema previdenciário. Um equívoco como já foi comprovado no Chile, onde a capitalização da previdência pública adotada pelo regime autoritário de Pinochet, no início da década de 1980, arruinou os trabalhadores do país, especialmente os que mais precisam do benefício para viver com um mínimo de dignidade.

Segundo o economista e professor da Unicamp Eduardo Fagnani, esse modelo foi proposto pelos economistas da Universidade de Chicago – que na segunda metade do século XX influenciaram nas reformas liberais adotadas por países como Chile, EUA e Reino Unido. "Essa é a mesma escola de Paulo Guedes", diz Fagnani, se referindo ao chamado "Posto Ipiranga" de Bolsonaro, como ficou conhecido após ser apresentado pelo presidenciável do PSL como a solução para todos os problemas econômicos do país.

Além disso, diz Fagnani, nesse modelo, a contribuição é única e exclusiva do trabalhador, não há a participação do empregador nem do Estado, diferente do modelo brasileiro. "E no caso do Chile os aposentados que precisam contribuir individualmente recebem muito pouco, quase metade do salário mínimo".

Aproximadamente 91% dos aposentados chilenos recebem, em média, R$ 694, menos do que o salário mínimo vigente no país (288 mil pesos - R$1.575,66). É uma situação mais precária do que a brasileira, em que 68% dos aposentados ganham pelo menos o salário mínimo local.

DINHEIRO PODE VIRAR PÓ - Outro problema apontado pelo economista é o fato de que, no modelo de capitalização, o dinheiro do trabalhador é administrado por instituições financeiras privadas que, além de cobrar taxas de administração altíssimas, podem fazer aplicações de alto risco com o patrimônio dos trabalhadores.

"E então corre-se o risco de todo o dinheiro virar pó, como ocorreu na crise de 2008 nos Estados Unidos. Muitos que especularam com o subprime achando que se aposentariam e iriam para Miami, tiveram de voltar ao mercado de trabalho", lembra Fagnani.

Para ele, a candidatura de Bolsonaro, além de colocar em risco o atual modelo da Previdência, representa o aprofundamento do processo de abertura do mercado iniciado por Temer.

MARCIO